

LÍNGUA ESTRANGEIRA NO 1º CICLO DO E.B.: O QUE PENSAM OS PAIS?

Orlando Strecht-Ribeiro
*Escola Superior de Educação de
Lisboa*
joseor@eselx.ipl.pt

Luísa
Ribeiro
*Professora Efectiva do 1º Ciclo
do E.B.*

71

INTRODUÇÃO

Durante muitos anos, o domínio de línguas estrangeiras (L.E.s) constituiu-se como apanágio do “homem educado”. Actualmente, já não é epíteto reservado a alguns, mas antes impera a ideia, largamente generalizada, de que a educação sem as línguas é uma educação amputada e incompleta. De acordo com o exarado em diversos documentos oficiais, o contexto legal está criado para a implementação do ensino das línguas aos mais novos no nosso país, podendo, assim, alargar-se os benefícios que tal implica a uma larga franja do público, logo no início do seu processo de escolarização formal. Consubstancia-se, também, o princípio de que a aprendizagem de L.E.s não pode ser o exclusivo de uma elite, ou daqueles que as adquirem devido à sua mobilidade geográfica, mas deve integrar a formação de todos, para que todos possam ter acesso aos benefícios e oportunidades que essa aprendizagem proporciona.

Neste momento, porém, será ilusório pensar-se em estender este primado a todas as crianças que frequentam o 1º Ciclo do Ensino Básico, atendendo à coexistência de factores que, dentro e fora do sistema educativo, inibem a sua aplicabilidade. O reconhecimento da necessidade de uma formação específica para os docentes envolvidos ocasionou a criação e abertura de CESES em L.E.s, e a inclusão de disciplinas nos currículos dos cursos de professores do primeiro ciclo, bem como nos dos cursos de complemento de formação dirigidos aos docentes deste nível de ensino, em algumas ESEs. Contudo, actualmente a situação está longe de ser satisfatória, dado o limitado número de agentes com habilitação específica para prover

à educação bilingue no 1º Ciclo, e sabe-se que uma formação adequada constitui condição *sine qua non* para a implementação desta medida de forma eficiente e eficaz, já que o que se preconiza é que a língua estrangeira contribua para uma pedagogia de inclusão e de sucesso.

Passada que está mais de uma década sobre as primeiras disposições legais, mais recentemente reiteradas pelo conteúdo do Decreto-Lei 6/2001, constitui-se como objecto principal deste estudo *apreender a realidade da aplicação do disposto no mesmo Decreto-Lei quanto a projectos de ensino de línguas aos mais novos através da opinião dos pais/ encarregados de educação face a esta aprendizagem dos seus educandos.*

O apagamento das fronteiras no espaço europeu, o desenvolvimento e intensificação das comunicações, a globalização crescente de quase todas as questões, a mobilidade das populações, as migrações, constituem por si só fenómenos que incrementam os contactos entre culturas, tornando-se assim necessário o conhecimento das línguas de outros espaços geográficos, para além da de cada indivíduo. O multilinguismo generalizado é o futuro da Europa, talvez a chave para a sua sobrevivência, pois Maastricht é irrevogável e a questão europeia deixou de se restringir à esfera política.

À consciencialização de uma cidadania europeia, subjazem também, e com grande acuidade, razões de natureza linguística. As línguas são um ponto de passagem para o reconhecimento da alteridade, e o seu domínio ajudará necessariamente a acentuar o sentimento de pertença à Europa, constituindo-se como um factor decisivo de identidade e cidadania europeias. Assim, as directrizes governamentais do contexto europeu são no sentido de erradicar deste espaço geográfico a mentalidade monolingue.

Para além dos pressupostos de ordem cultural, social e económica, largamente difundidos, para a inclusão das línguas nos currículos, outras dimensões há que a L.E. ajuda a promover e que implicam que a defesa da sua integração curricular não se restrinja ao desenvolvimento da competência linguística, mas incida principalmente numa perspectiva formativa. Como se infere, a aprendizagem das línguas nos sistemas educativos enfatiza a promoção do desenvolvimento pessoal e social que o reconhecimento e a estima por outras formas particulares de interpretar o universal proporciona, não se limitando a dotar os alunos com um dispositivo de natureza profissional ou de utilidade turística. O conhecimento de outras línguas permite a visão de outras culturas: aprender uma língua é simultaneamente aprender outra cultura e, concomitantemente, através do conhecimento do outro, ficamos a conhecer-nos melhor. Os alunos aprendem a compreender os outros, dentro e fora das fronteiras da sua região, em termos linguísticos e em termos culturais. Esta aprendizagem da compreensão através da língua estrangeira pode, certamente, contribuir para a aceitação da alteridade no interior do seu próprio país e para a aceitação de grupos minoritários, sejam estes constituídos por falantes das línguas estrangeiras que os alunos dominam,

(como no caso de alunos que conheceram a emigração e o regresso, muitas vezes forçado) ou por crianças que imigraram e para quem o Português é uma língua segunda que têm de dominar para se inserirem na comunidade escolar e na sociedade. Qualquer escola, hoje em dia, é um espaço multicultural e, à imagem do que acontece na sociedade, nela convergem crianças de meios socioculturais muito diferentes. Neste espaço, a criança descobre o outro, percebe ao mesmo tempo pontos comuns e diferentes, sendo que a apreensão destas diferenças e semelhanças deve ser feita através da relação directa com o outro, mais do que por via da transmissão de um saber.

Uma educação assente nestes pressupostos implica interacção, troca, reciprocidade, respeito, aceitação e solidariedade objectiva, o que ajuda a criança a situar-se a si própria em relação aos outros, facultando-lhe experiências que lhe possibilitarão diversificar as suas referências e viver diversas modalidades culturais. Faculta-lhe a sensibilidade necessária para abordar a informação e as ideias acerca de outras pessoas e das suas culturas com uma mente aberta e inquisitiva, possibilitando-lhe ver, para além das diferenças físicas e culturais, as necessidades e características comuns que toda a humanidade partilha e que lhe permite entrar em empatia com as experiências e sentimentos de todos os indivíduos. Do exposto se infere que a formação de uma consciência crítica, o ensino dos processos materiais da vida em sociedade, a afirmação da pluralidade de identidades são finalidades de um projecto pedagógico intercultural e multilingue a que a aprendizagem de L.E.s. serve cabalmente.

À escola devem ser trazidos em coexistência dignificadora diferentes formas de ser e de estar para que o percurso educativo único se anule em favor de percursos alternativos, centrados nas vivências e realidades sócio-culturais representadas na sala de aula e na própria comunidade escolar. É papel da escola gerir interactivamente a diferença, para assegurar uma gestão pedagógica voltada para o sucesso de todos a partir da consciência de uma realidade pluricultural. Deve, por isso, promover a aquisição de um sentido de auto-estima em relação a hábitos e práticas culturais diferentes, concedendo espaço a outros saberes, em posição igualitária, como forma de consolidar a auto-estima do aluno que se sente diferente e suscitar a curiosidade pelo saber do outro. Dentro desta perspectiva a aprendizagem da L.E. contribui para combater o aparecimento de processos de etnocentrismo ou preconceito étnico, que Pettigrew (Gomes Araújo, 1998 :24) define como “ *uma emoção social experimentada por relação à identidade social de si mesmo como membro de um grupo, com um exogrupo como objecto* ”. Tomamos como absoluto e indiscutível o nosso ponto de vista; analisamos o mundo e os outros de acordo com os nossos padrões culturais; somos unilaterais na maneira como apreendemos cognitivamente as realidades sociais; partilhamos as “representações sociais” do grupo social a que estamos adjudicados. Sabe-se que os estereótipos característicos do

etnocentrismo existem porque a cultura está permeada por hegemonias, que mais não são do que formas de dominação cultural que tornam certas imagens e formulações mais naturais e mais facilmente acessíveis do que outras.

À educação para a literacia intercultural baseada na aprendizagem de L.E.s., que se constitui como um terreno privilegiado, cabe o papel de reconciliar a escola com a vida social tal como ela é, complexa e plural, sem produzir ou reforçar os fenómenos de marginalidade, de xenofobia ou de exclusão. A língua é muito mais do que apenas uma forma de comunicação: ela informa ou conforma os quadros de apreensão da realidade. A esse propósito, *Strecht-Ribeiro (1998:27)* refere:

“A língua não acontece num vazio; pelo contrário, é parte da cultura de um povo e o modo mais importante de comunicação entre os membros de uma determinada sociedade, veiculando ainda a expressão de muitas outras componentes que, para além dela própria, corporizam o fenómeno cultural. Sendo o principal meio de comunicação, a língua alia de forma indelével palavras e expressões aos mais frequentes e aos mais importantes significados culturais.(...) As línguas não correspondem, pois, a simples nomenclaturas: recortam a realidade exterior (não linguística) de maneiras profundamente diferentes umas das outras, de um ângulo que torna cada uma num olhar distinto e peculiar.”

As comunidades linguísticas apresentam hábitos de percepção e taxonomias de concepção que exemplificam a capacidade de adaptação do cérebro; podemos portanto afirmar que a aprendizagem de L.E.s. prefigura uma competência geral para o conhecimento de outras culturas e pressupõe implicitamente o desenvolvimento do jovem como comunicador, como aluno, e como personalidade individual e socialmente responsável. O reconhecimento do papel formativo das línguas tem contribuído para a implementação de medidas que visam o seu ensino às crianças mais jovens do sistema educativo. Por conseguinte, o primeiro passo para o acesso ao domínio de uma L.E. é a aprendizagem nessas idades, mas essa aprendizagem, só por si, não é suficiente, sendo necessário, e a exemplo do que acontece com a língua materna, que a L.E. seja aprendida e percebida como um vector natural de expressão e não apenas como uma matéria entre outras.

Hoje em dia, é consensual considerar-se que a criança de 8 anos se encontra numa fase ideal para aprender uma L.E.. Nesta altura, a criança domina de forma consistente a leitura e a escrita em língua materna,

desenvolveu já uma grande capacidade de memorização e possui uma plasticidade neuro-fisiológica que lhe permite adquirir com facilidade os sons, a entoação, o ritmo da língua, dispondo ainda de capacidade de discriminação auditiva, demonstrando prazer em jogar com as formas e sentidos das palavras, e revelando grande abertura em relação aos outros. Podemos dizer que reúne os ingredientes necessários à aprendizagem bem sucedida de uma L.E. São também estas algumas das razões que têm contribuído para que os países europeus queiram ver generalizada a aprendizagem de L.E.s. no 1º Ciclo do E. B..

Em defesa do ensino de L.E.s aos mais novos concorrem os princípios de que as crianças expostas desde cedo a uma L.E. apropriar-se-ão da mesma de uma forma natural, acabando por atingir níveis de desempenho comunicativo mais elevado do que quando expostas mais tardiamente, e também de que a aprendizagem de uma L.E. não se vislumbra como um obstáculo na aprendizagem da língua materna, mas constitui uma ajuda na sua interiorização, pois as operações linguísticas desenvolvidas em L.E. podem ser transferidas e aplicadas para e na realização de actividades em língua materna, constituindo um meio de aceleração cognitiva. O processo de aprendizagem de uma L.E. determina a aquisição de novas categorias que devem ser definidas e reorganizadas em função da sua identificação na língua materna. Este processamento é inicialmente feito em consonância com o conhecimento prévio que o aprendente tem da sua língua. O material linguístico é descodificado em função dos níveis de estruturação da sua língua natural.

É através da exposição sistemática à língua em situações concretas de uso que a criança vai percebendo espontânea e intuitivamente os mecanismos de funcionamento da L.E.. Ao tentar interpretar e compreender esses mecanismos, está de facto a realizar a aprendizagem da L.E., uma vez que essa aprendizagem acontece com a sua interiorização, que por sua vez é decorrente dos processos de percepção, descodificação e interpretação das mensagens.

O contacto com a L.E. nos primeiros níveis do sistema educativo permite que a criança aprenda a olhar a sua língua materna como um fenómeno e como um sistema específico e particular entre muitos. Assim, aprende a conceber pontos de convergência nas mesmas, por referência a características universais, e pontos particulares, como são as idiossincrasias e as expressões idiomáticas, tomando assim consciência das suas operações linguísticas, permitindo que o conhecimento implícito se torne consciencializado, sendo este determinante no processo de desenvolvimento individual.

A língua é o instrumento veiculador do pensamento, pelo que o desenvolvimento cognitivo não pode ser entendido à margem da língua. A idade marcada como início da escolaridade formal é coincidente com

um ponto fulcral do desenvolvimento cognitivo e do desenvolvimento linguístico. Nesta fase, a criança possui consciência reflexiva e controlo voluntário, o que lhe possibilita a aprendizagem da leitura e da escrita. Estas aprendizagens estão relacionadas com o desenvolvimento de capacidades cognitivas de raciocínio lógico e de resolução de problemas abstractos. A linguagem escrita permite uma relação abstracta entre língua e experiência e um distanciamento da língua relativamente a essa experiência. Neste contexto, a representação do significado é extrapolada da mensagem. Persiste uma atitude distanciada da experiência, pois não subsistem aqui as opiniões interpessoais que contribuem para a troca de significados na linguagem verbal, o que constitui um elemento facilitador do desenvolvimento das capacidades cognitivas.

A aprendizagem de uma L. E. contribui para a aceleração cognitiva através da exploração total de significados codificados pela língua falada ou escrita, ao possibilitar o contacto com formas diferentes de mundivisão, pois como vimos cada língua veicula uma cultura diferente. A exposição a novas formas de agir, pensar e interpretar a realidade permitirão ao aprendente o acesso a uma bateria diversificada de novos critérios e pontos de vista para processar e interpretar a informação recebida e compreender qualquer experiência. Assim, pode relacionar os conhecimentos que já possui com os que adquire, alargando e alterando os seus saberes, podendo dispor de maior superioridade na formação de conceitos. Há ainda a considerar que o facto de dominar dois sistemas linguísticos concede-lhe maior plasticidade mental e maior diversidade de capacidades mentais. As línguas podem, deste modo, ser perspectivadas do ponto de vista do desenvolvimento cognitivo. Não se aprende uma língua só para comunicar nessa língua, mas o processo de aprendizagem desenvolvido é passível de transferência para a aprendizagem de outras línguas e de outras disciplinas.

No decurso do 1º Ciclo do E. B. a criança vive alguns dos períodos mais significativos para o seu desenvolvimento e toda a acção educativa, incluindo a aprendizagem da L.E., deve prestigiar e favorecer positivamente esse desenvolvimento. Para que tal possa acontecer, o professor terá de recorrer a uma metodologia que se coadune com os princípios metodológicos previstos no Programa do 1º Ciclo, articulando-os com o processo de ensino-aprendizagem da L.E., promovendo aprendizagens activas, significativas, integradas e socializadoras e, ainda, estabelecendo a ligação da aprendizagem da L.E. com as aprendizagens de outras disciplinas e conteúdos.

A aceitação e necessidade da transversalidade da L.E. com as outras áreas do currículo deriva dos posicionamentos dos teóricos do processo de aprendizagem, que advogam que os mecanismos e processos de aprendizagem são comuns para todas as áreas do saber e que o desenvolvimento intelectual não é compartimentado de acordo com as disciplinas que integram o currículo. Assim, embora o percurso de aprendizagem se realize num espaço

plural, ele é de facto comum, pois as diferentes matérias das diversas áreas interagem e comportam-se como uma disciplina formal, cada uma facilitando a aprendizagem das outras.

É ainda como resultado do conhecimento retirado das diversas experiências realizadas, e da assunção deste, que prevalece o consenso da necessidade de articular a aprendizagem da L.E. com a de conteúdos das outras áreas do currículo, uma vez que, para além de tal contribuir para o desenvolvimento de aspectos cognitivos, favorece, também, o desenvolvimento de atitudes sócio-afectivas positivas. Uma língua aprende-se recebendo e produzindo mensagens autênticas, ou seja, num contexto situacional, e aprender outras coisas em L.E. ajuda a aprender essa L.E., que deve ser utilizada também como suporte de outras aprendizagens, em vez de ter simplesmente o estatuto de mais uma entre estas, pois sabemos que ela é a “disciplina de toda a matéria, de todo os conteúdos e de todo o processo de ensino”.

Nas sociedades modernas, o poder de instruir não se restringe à escola, os media de todo o género e as novas tecnologias partilham o domínio da informação, constituem-se como contra poderes que ameaçam e simultaneamente desafiam a escola. Assim, a escola deve pautar-se por reforçar o seu poder de educar e instruir, estendendo a todas as crianças uma formação multilíngue que vise a aquisição dos saberes linguísticos, o desenvolvimento de competências de aprender a aprender, a promoção de atitudes, despertando no sujeito cognoscente o gosto por uma actualização permanente de conhecimentos e a promoção de valores, para que os cidadãos de amanhã não se arrisquem a ser deficientes da palavra, cristalizados numa educação unilingue, incapazes de passar do local ao global e incapazes de aceitar a diversidade.

Sendo a escola um espaço propício ao cruzamento de variadas memórias (memória colectiva, individual, nacional, familiar, com temporalidades diferentes) deve estar aberta a todo o património cultural da Humanidade, subscrevendo a ideia de que nada do que é humano deve estar afastado da escola. É, também, aceite como factor de progresso e mobilidade social ascendente, individual e colectiva, pelo que é entendida, hoje, como instrumento das políticas económicas, quer como factor indispensável de recuperação de atrasos, quer como núcleo determinante de desenvolvimento geral, constituindo-se num instrumento intrínseco ao desenvolvimento global de uma sociedade. Torna-se cada vez mais pertinente a reconceptualização das práticas pedagógicas, de maneira a facultar-se à população escolar a possibilidade de desenvolvimento cognitivo, pessoal, moral, e social, que venha a permitir uma actuação condigna numa sociedade cada vez mais complexa e exigente com os seus cidadãos, de modo a cumprir o seu papel principal, isto é, estar ao serviço do homem e da sua formação plena. Será que, depois de tudo, as L.E. no 1º Ciclo poderão continuar a ser olhadas

seja por quem for com um estatuto de marginalidade?

Estes parecem ser, num enunciado necessariamente abreviado, os princípios teórico-metodológicos de base para a implementação de uma prática pedagógica adequada no que respeita à abordagem da L.E.. Em resumo, elegemos um conjunto de argumentos que naturalmente nos parecem ter poder suficiente para justificar a implementação e a valorização das L.E. como imprescindíveis nos primeiros anos de escolaridade, já que permitem a aquisição de habilidades e competências fundamentais para que se possa dar resposta às exigências da vida numa sociedade alargada, assim como à satisfação pessoal de cada indivíduo. É importante conhecer o que pensam os encarregados de educação sobre a utilidade e as finalidades da aprendizagem de uma L.E. no 1º Ciclo do Ensino Básico, conhecimento esse que irá permitir compreender melhor o significado e a importância social atribuídos por uma parte especialmente significativa da comunidade educativa a esta inovação curricular.

METODOLOGIA

Uma investigação é, por definição, algo que se procura (Quivy, 1998). É um caminhar por um maior e mais aprofundado conhecimento e deve ser aceite como tal, com todas as hesitações, desvios e incertezas que isso implica. Assim, traduzindo a procura que nos orientou, decidimos enunciar o nosso projecto de investigação na forma de uma pergunta geral de partida: “ **Qual o impacto que a inclusão da L.E. no 1ºCiclo tem ao nível dos encarregados de educação?**”.

Foram concretizados contactos com 8 professoras do 1º Ciclo do Ensino Básico habilitadas com o CESE (Curso de Estudos Superiores Especializados) em Inglês ou Francês obtido na ESE de Lisboa ou na ESE de Setúbal. A escolha deveu-se ao facto de possuírem formação específica no âmbito da integração curricular da L.E., de acordo com os princípios orientadores considerados adequados para esta faixa etária, e de estarem no momento a desenvolver projectos integrados de L.E.. Solicitou-se a sua disponibilidade para colaborarem neste estudo, permitindo-nos o acesso à população que iria ser alvo da investigação : os encarregados de educação de crianças que beneficiam actualmente de aulas de iniciação a uma L.E. no 1º Ciclo, para que pudéssemos determinar qual a importância por eles conferida à integração de uma L.E. no currículo deste nível de ensino.

Debruçamo-nos então sobre a escolha de um instrumento que nos oferecesse garantias de uma boa recolha de dados, tendo em consideração as dificuldades de um contacto directo com a população alvo. Analisado o tipo de informação que interessava obter e o tempo de que dispúnhamos para a recolha, optámos pelo **questionário**.

Essa escolha deveu-se ao facto de a aplicação de um questionário permitir uma cobertura maior da população a ser inquirida. Ao contrário do que acontece nas entrevistas, não há uma interacção pessoal na recolha das informações, o que implica um trabalho prévio de grande investimento no arranjo gráfico, na clareza e exactidão das perguntas, de modo a conseguir uma recolha de informações por meio de respostas escritas que sirvam as nossas necessidades.

De acordo com o seu grau de estruturação, algumas maneiras de propor a questão permitem somente algumas alternativas de resposta, enquanto noutras uma ampla variedade de respostas é possível. O importante é considerar que cada item num questionário constitui igualmente uma hipótese, ou parte de uma hipótese. Isto é, a inclusão de cada item deverá ser justificada com base no quanto o pesquisador pode logicamente esperar: que a resposta seja significativa para o problema central, que forneça um maior conhecimento possível da área na qual se está a trabalhar. Neste trabalho de investigação, as hipóteses formuladas são:

- H 1 – Os E.E. possuem conhecimentos de L. E..
- H 2 – Os E.E. apercebem-se do interesse dos educandos pela L.E..
- H 3 – Os E.E. manifestam opiniões favoráveis à integração de uma L.E. no 1º Ciclo.
- H 4 – Os E.E. valorizam a L.E. no contexto sócio-cultural actual.

Concebida uma primeira amostra de questões para a elaboração do questionário, esta foi sendo adequada aos objectivos por diversas fases. O principal desafio foi a definição e a elaboração das perguntas de modo claro e pertinente, e a conseqüente escolha da apresentação, ligada aos objectivos que nos propúnhamos. Uma vez ultrapassadas as diferentes etapas de concepção do questionário, este foi validado preliminarmente quanto à compreensibilidade dos itens junto de alguns E.E. “seleccionados” de entre aqueles a quem tínhamos acesso imediato. Esta primeira validação foi feita com um grupo de E.E. cujos filhos frequentavam o Inglês em A.T.L..

Finalmente, as questões foram organizadas em categorias e sub-categorias, do modo apresentado no quadro seguinte:

Categorização / Tipo de Questões

Categoria	Tipo de pergunta	Nº da Pergunta
Relação dos Pais c/ L.E.	Catagórica Aberta	13, 1.5, 1.5, 1.5.1 13 e 15.1
Promoção da L.E.	Aberta Catagórica Listagem	2 3, 3.1, 4.1 4
Competência Linguística	Catagórica Aberta	4.2 4.2
Relação L.E. e currículo	Catagórica Aberta	4.3 4.4
L.E. e Objectivos Educativos Gerais e Específicos	Listagem Aberta	4.5 4.6

para melhor poderem responder quando necessário, chegou-se à redacção definitiva do questionário.

O número de questionários produzidos teve em conta o total de E.E. e o facto de alguns dos educandos terem aulas de Inglês e outros de Francês. De acordo com as turmas onde iriam ser entregues, foram atribuídas letras de código (A, B, C, D, E, F, G, H).

Quanto ao modo como os questionários foram aplicados, decidimos contactar as professoras com as quais havia sido estabelecido protocolo, para a marcação de uma data de distribuição dos questionários para, após sensibilização feita por elas, serem preenchidos pelos E.E.. Ao sensibilizar os E.E. para o preenchimento do questionário, houve que ter em conta alguns aspectos:

- utilidade do seu preenchimento;
- certeza de que todos os respondentes entendiam as questões; e
- garantia da confidencialidade e do anonimato.

Elementos do grupo de investigação deslocaram-se às diversas escolas nas datas previamente marcada para entrega e recolha dos questionários. Procedeu-se de seguida ao tratamento e análise dos dados. A metodologia adoptada revelou-se adequada aos nossos objectivos de perceber o impacto da introdução da L.E. no 1º Ciclo numa perspectiva integrada, como atrás se explicitou. Queríamos conhecer sistemas de valores, representações e aspirações da parte dos E.E. Interessava uma recolha tão rica e diversificada de dados quanto possível para favorecer a qualidade das interpretações. Assim, a análise de conteúdo de algumas perguntas abertas dos questionários, cruzada com a análise estatística dos dados das restantes

questões, iria permitir-nos, utilizando a estatística descritiva e a expressão gráfica dos resultados, fazer a interpretação dos dados de forma organizada e coerente, dando sentido ao conjunto do trabalho.

A população das escolas onde foi recolhida a amostra pertence a um nível socio-económico médio e médio-baixo. Os dados recolhidos são referentes a 8 turmas: 4 em que a L.E. é o Inglês e outras 4 em que a L.E. é o Francês. Dos 194 questionários distribuídos aos pais obtivemos 141 respostas, facto que considerámos bastante positivo.

TRATAMENTO, INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS RECOLHIDOS

Metodologia utilizada para análise dos dados:

Em todos os campos assinalados (1, 2, 3 e 4) houve conteúdos que tiveram maior pertinência no tratamento, e onde, de uma forma mais clara, se puderam detectar indicadores relevantes. Os conteúdos, tanto quanto possível, foram transformados em representações estatísticas, por entendermos que assim se tornaria mais simples constatar as relações que possam ter entre si.

Agrupámos essas questões em categorias e o questionário para os E.E. foi desenvolvido de forma a permitir a obtenção de dados nos seguintes campos:

1. Caracterização sociográfica dos respondentes:

idade (1), sexo (1.1), formação académica geral (1.2), conhecimentos em L.E.(1.3), actividade profissional (1.4), contexto de conhecimento de L.E. (1.5,1.5.1). Pretendia-se nesta categoria conhecer a familiaridade dos E.E. em relação à fluência numa L.E., e por que vias a mesma poderia ter sido alcançada.

2. Contexto de aprendizagem de L.E. do educando

Era nossa intenção conhecer o contexto da aprendizagem inicial de L.E. por parte do educando, principalmente, saber se os E.E. teriam investido nesta área em fase ainda mais precoce do que o 1º Ciclo. (2).

3. Representações sobre o nível de conhecimentos da L.E.

Através de questões de resposta fechada os E.E. por escolha múltipla podiam indicar quais os sinais de interesse observados no educando (3. e 3.1).

4. Opiniões sobre a importância da L.E. no 1º Ciclo

Foram várias as hipóteses levantadas através dos itens desta questão sobre a importância atribuída à língua comparativamente com outras escolhas. Usámos perguntas de escolha múltipla (4., 4.1, 4.2., 4.3. e 4.5.) e perguntas abertas (complemento de 4.2., 4.4. e 4.6.).

Para melhor apresentação dos resultados escolhemos gráficos de barras, com percentagens, utilizando cores diferentes para representar os resultados dos alunos que têm Francês ou Inglês, sempre que se mostrou ser pertinente a separação, auxiliando assim a interpretação dos resultados. Esta apresenta-se do seguinte modo: referência ao item e questão; gráfico correspondente ao tratamento dos dados e, por último, a interpretação do tratamento dos dados.

Para se proceder à análise dos resultados seguiram-se três etapas:

1º Análise descritiva dos dados - fez-se o correspondente tratamento informático (SPSS, EXCEL e WORD).

Nas perguntas abertas recorreu-se a uma análise de conteúdo a partir da análise do número de frequência do aparecimento de certas respostas, o que nos permitiu usar um método quantitativo (1.3., 1.5.1., 2, 4.2., 4.4., 4.6.).

Na pergunta 1.4., a partir da profissão especificada procedeu-se à Categorização Sócio- Profissional (C.S.P.).

A questão 2. não foi tratada dada a ambiguidade das respostas obtidas, que se provou serem pouco pertinentes para este trabalho, face às hipóteses lançadas.

Na pergunta 4. procedeu-se a uma listagem de ordem de preferências e usou-se depois essa listagem para, cruzando-a com outras questões, saber que factores determinaram os resultados.

Na pergunta 4.4., aberta, houve respostas em ambos os campos por vezes do mesmo respondente, tendo-se procedido por isso à decomposição das respostas obtidas e tendo havido o cuidado de fazer uma arbitragem entre a riqueza da informação obtida e as possibilidades de tratamento dessa informação.

Quando foram pedidas aos respondentes simples escolhas (entre escolha múltipla) tratamos cada resposta como uma pergunta independente das outras, optámos por calcular a percentagem de escolha de cada resposta relativamente ao número total de indivíduos que a escolheram.

Casos houve em que o total de percentagem ultrapassou os 100%, outras ficaram-se pelos 99%, tal facto devendo-se à ausência de décimas percentuais.

Os dados que a seguir se apresentam resultam de 141 respostas ao inquérito por questionário aplicado aos E.E. dos alunos de 8 turmas do

1º C.E.B., 4 onde é ensinada a língua inglesa e 4 onde é ensinada a língua francesa. Do total das respostas, 73 provêm de E.E. cujos educandos pertencem a turmas de inglês e 68 a turmas de francês.

Cada gráfico corresponde à distribuição das respostas pelas diferentes questões que compõem o inquérito por questionário. Para cada caso indica-se o número da questão e respectivo item. Nos casos em que a cada número de questão correspondem vários itens, optámos por tratar cada item individualmente, mantendo-se o mesmo número para uma identificação mais fácil do tema abordado.

Assim, a ordem de apresentação dos dados será a seguinte: primeiro, número da questão e item correspondente; segundo, tratamento dos dados recolhidos; e, finalmente, a respectiva interpretação.

(Termina no próximo número desta revista)

Resumo

Nesta primeira parte do artigo reafirmam-se algumas das principais razões justificativas da inclusão de uma L.E. no 1º Ciclo, relacionando-as com a aquisição pelos mais novos de um conjunto de habilidades e competências fundamentais para a vida de qualquer cidadão numa sociedade

alargada, sendo o principal objectivo dos encarregados de educação questionar quanto às finalidades e à utilidade dessa aprendizagem. Definem-se por agora a metodologia geral utilizada, o processo de construção de um instrumento para recolha de dados e a metodologia utilizada para o tratamento, interpretação e análise dos dados recolhidos.

Abstract

In the first part of this article we reiterate some of the principal arguments in favour of including a F.L. in the 1st Cycle Curriculum, viewing them in the context of the acquisition by young learners of a set of knowledge and skills essential for any citizen of our wider world. Our main aim was to seek the opinions of parents/guardians as to the objectives and usefulness of this learning. The methodology adopted is described, as is the devising of an instrument for data collection and the methodology adopted for the treatment, interpretation and analysis of the data collected.

Résumé

Dans la première partie de cet article, on réaffirme les principales raisons justificatives de l'inclusion d'une L.E. au 1^{er} Cycle, tout en mettant en rapport ces raisons avec l'acquisition par les plus jeunes d'un ensemble de capacités et de compétences fondamentales pour la vie de tout citoyen vivant dans une société élargie. Notre principal objectif sera d'interroger les responsables d'éducation sur les finalités et l'utilité de cet apprentissage. On définit d'ors et déjà la méthodologie générale utilisée, le processus de construction d'un instrument capable de recueillir les données nécessaires et la méthodologie utilisée dans le traitement, l'interprétation et l'analyse des données recueillies.